

Aula 4 – Auguste Comte

Nuno Miguel Cardoso Machado

Biografia e introdução

Auguste Comte nasceu em Montpellier, em 1798 (Ferreira *et al.*, 1995: 74). A cidade era um dos bastiões do movimento contrarrevolucionário que resistia à veia reformista imposta pela Revolução Francesa de 1789 (Pickering, 2003: 26). A infância de Comte foi, portanto, marcada por períodos conturbados e de agitação social (Ibid.). Comte estudou no Liceu de Montpellier, criado por Napoleão, e aí recebeu a influência de professores republicanos. O jovem Comte renunciou ao catolicismo e, de um modo geral, à crença em Deus e tornou-se um republicano convicto (Ibid.).

Em 1814 Comte foi admitido na Escola Politécnica de Paris, um instituto superior de engenharia (Ibid.). Teve contacto direto com alguns dos melhores cientistas da época e interiorizou “a importância das ciências para melhorar as condições sociais” (Ibid.). Todavia, em 1816, já com um novo governo monárquico em funções, Comte foi expulso da universidade em virtude do seu “republicanismo e comportamento insubordinado” (Ibid.). Apesar da sua estadia nesta faculdade ter sido bastante breve, o ponto de vista científico enraizou-se definitivamente em Comte (Ibid.).

De regresso a Montpellier, Comte assistiu a aulas de biologia na famosa Faculdade de Medicina, estudou história e leu várias obras na área das “ciências morais e políticas” (Ibid.). Em 1817 voltou a Paris para se tornar secretário de Henri de Saint-Simon, um assumido “reformista social” (Ibid.: 27). O contacto com Saint-Simon foi fulcral para a trajetória intelectual de Comte, que aproveita duas ideias principais da obra Saint-Simoniana:

- i) A importância do cariz industrial da sociedade moderna. Comte absorve a intuição de Saint-Simon de que a revolução industrial “modificaria completamente todas as relações sociais existentes” (Bourdeau, 2014: 6). Em termos comtianos, se até então a humanidade tinha vivido em “sociedades militares” baseadas em relações interpessoais e no poder da “classe guerreira”, doravante “o comércio substituiria a guerra” e a principal preocupação do homem tornar-se-ia a transformação do mundo natural (Ibid.);

- ii) A preponderância do “poder espiritual” (Ibid.). Na sequência de Saint-Simon, Comte apercebe-se do papel crucial desempenhado pela ciência na modernidade (Ibid.). Em paralelo, convence-se da importância da religião para assegurar a “coesão social” (Ibid.). Como veremos, a solução avançada por Comte para conjugar estes dois princípios espirituais aparentemente antagônicos é a seguinte: por um lado, a religião deve despojar-se do Deus transcendente e celebrar os feitos do espírito humano e os grandes homens do passado, enquanto, por outro lado, cabe à ciência da sociedade – a sociologia – esclarecer e iluminar a melhor forma de organização social (Ibid.: 6-7).

Apesar desta enorme influência de Saint-Simon, várias “divergências” e “tensões” conduziram a uma rutura em 1824, quando Comte acusou o seu mentor de plágio (Pickering, 2003: 27). Auguste Comte foi o “fundador do positivismo” (Boudeau, 2014: 3), um sistema filosófico bastante importante até aos dias de hoje. De um modo breve (analisaremos o positivismo em detalhe um pouco mais à frente), o positivismo advoga a extensão do método das ciências naturais – baseado na observação empírica dos fenómenos e na experimentação – ao estudo da sociedade (Ferreira *et al.*, 1995: 74). De acordo com o esquema positivista, a sociologia ocupa o topo da pirâmide das ciências, na medida em que desempenha um papel aglutinador e sintetizador dos saberes das restantes disciplinas.

Ora bem, retomando a cronologia da vida de Comte, em 1826 o autor começou a ministrar um curso sobre filosofia positiva na sua casa, bastante concorrido por “muitos dos grandes cientistas da época” (Pickering, 2003: 28). Contudo, foi forçado a interrompê-lo logo após a terceira palestra em virtude de problemas de saúde; um episódio “depressivo” e “paranoico” implicou o seu internamento durante oito meses (Ibid.). A convalescença foi lenta. A sua débil saúde mental deixou-o mais sensível e reforçou a sua convicção quanto à necessidade de uma “rígida ordem” social para garantir a “harmonia” (Ibid.).

Em 1832, Comte obtém o cargo de assistente na Escola Politécnica de Paris. Paralelamente retoma as suas palestras sobre filosofia positiva (Ibid.). Estas lições serão publicadas em 6 volumes, entre 1830 e 1842, precisamente com o título de *Curso de Filosofia Positiva* (Boudeau, 2014: 1). O *Curso* é consensualmente considerado a sua principal contribuição teórica (Ibid.: 3).

O ano de 1847 assinala o começo da “fase mística” do pensamento de Auguste Comte: o autor elege o positivismo como a “religião da humanidade” e autointitula-se o “sumo-sacerdote” desta nova religião (Ferreira *et al.*, 1995: 75). Os preceitos desta religião são expostos na obra *Sistema de Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituído a Religião da Humanidade*, composto por 4 volumes publicados entre 1851 e 1854 (Bourdeau, 2014: 1). A índole exclusivamente científica do *Curso* é, agora, complementada pela pregação do “amor da humanidade” (Ferreira *et al.*, 1995: 75).

Comte foi despedido do Instituto Politécnico de Paris em 1851 e até à sua morte, em 1857, sobreviveu graças ao auxílio financeiro de algumas dezenas dos seus “discípulos” (Pickering, 2003: 30). Nos últimos anos de vida Comte “dirigiu o movimento positivista de maneira ditatorial, recusando qualquer dissidência, especialmente em matérias relacionadas com a Religião da Humanidade, cujo culto organizou meticulosamente” (Ibid.).

De modo preliminar, podemos adiantar algumas ideias-chave. Auguste Comte foi, em particular no *Curso de Filosofia Positiva*, um precursor na abordagem de vários assuntos relevantes para a sociologia contemporânea, como sejam: o fundamento da verdade científica, o papel legítimo da política ou a causa das “crises morais” (Ibid.: 13). Comte alcançou dois feitos notáveis: criou uma nova disciplina científica, que designou por “sociologia”, e construiu simultaneamente um “novo sistema filosófico”, denominado “positivismo” (Ibid.).

Comte pretendia, acima de tudo, aplicar o método científico, desenvolvido pelas ciências naturais, ao estudo dos assuntos humanos e sociais, “o último bastião dos teólogos e filósofos metafísicos” (Ibid.: 14). O método científico refere-se, na ótica do autor, à enunciação de leis científicas em estreita relação com a “observação [rigorosa, NM] dos factos concretos” e implica uma rutura com o pensamento especulativo (Ibid.).

Contexto social e intelectual

O pensamento de Comte é indissociável do contexto sociopolítico do seu tempo. Assim, a teoria de Comte pode ser vista como “uma resposta direta às sublevações provocadas pela Revolução Francesa” e às modificações introduzidas pela Revolução Industrial, dois dos eventos mais marcantes da “história Ocidental” (Pickering, 2003: 31). Ambos contribuíram para a incerteza e instabilidade das “condições sociais” (Ibid.). Em particular, a Revolução Francesa foi um acontecimento de proporções bíblicas que colocou em causa a “legitimidade” do poder monárquico e da religião, os pilares da

sociedade feudal (Ibid.). Durante a vida de Comte, a França conheceu inúmeros governos e sucessivas constituições, descartados uns após os outros (Ibid.). O caos governativo no seu país natal convenceu Comte de que havia pouco a esperar de soluções exclusivamente políticas; acima de tudo, era preciso uma nova “comunidade moral” (Ibid.).

É neste âmbito que Comte confere à sociologia uma “missão específica”, mormente “providenciar os princípios necessários para acabar com a instabilidade moral, social e política causada pela Revolução Francesa de 1789” (Ibid.: 14). A partir da observação dos “factos sociais”, os sociólogos seriam capazes de obter uma “autoridade inquestionável”, porquanto as “leis sociológicas”, à semelhança das leis naturais, seriam incontestáveis (Ibid.). Essas leis permitiriam “prever os fenómenos sociais e, assim, formular as políticas sociais adequadas” (Ibid.).

Impõem-se, ainda, algumas palavras breves sobre o contexto intelectual da obra de Comte. A epistemologia comtiana e a sua defesa do “método científico” foram influenciadas profundamente por Francis Bacon, René Descartes, Immanuel Kant e David Hume (Ibid.: 32). Comte pretendia “alcançar um equilíbrio entre a ênfase de Bacon na indução e o foco de Descartes no racionalismo (ou dedução) para conseguir descobrir as leis” científicas (Ibid.). De Hume e de Kant, Comte retirou a ideia de que a possibilidade de conhecimento da realidade é limitada, isto é, “as pessoas nunca poderão saber mais do que aquilo que lhes aparece através dos seus sentidos e categorias” (Ibid.). Não é possível conhecer as causas últimas das coisas, apenas as leis que regem os fenómenos empíricos.

Lei dos três estados

A lei dos três estados é um do “pilares do positivismo” (Bourdeau, 2014: 7). Esta lei enuncia que o pensamento humano passa obrigatoriamente por três estados: o teológico, o metafísico e o positivo (Ferreira *et al.*, 1995: 73). Cada um destes estados espirituais reflete-se diretamente na forma de organização social e política, pois, segundo Comte, a sociedade é influenciada “pelo progresso intelectual” (Pickering, 2003: 16). Comte era, portanto, um idealista (Ibid.), defendendo que “as grandes etapas da história da humanidade são fixadas pelo modo de pensar” (Aron, 2000: 84). A lei dos três estados é universal, ou seja, descreve as várias etapas que todas as civilizações humanas têm de atravessar (Pickering, 2003: 16).

Vejamos então quais são as características principais de cada estado. O estado teológico é o “ponto de partida necessário do espírito humano” (Bourdeau, 2014: 8). Neste estágio, a mente almeja encontrar as “causas primeiras (...) dos fenómenos”, explicando-os com recurso às “intervenções de agentes sobrenaturais” (Ibid.). Está completamente disseminada a ideia de que Deus é a “causa primeira de todos os acontecimentos” (Pickering, 2003: 16).

O estado teológico compreende três subestados: o fetichista, o politeísta e o monoteísta. No subestado fetichista os deuses encarnam “objetos concretos” – o totem será o exemplo mais conhecido – que são venerados (Ibid.). No subestado politeísta, os deuses emancipam-se desses objetos tangíveis (Ibid.). No subestado monoteísta, como o próprio nome indica, um Deus único – uma substância difusa, incorpórea – converte-se na causa de todas as coisas (Ibid.). Em termos de organização e reprodução social, numa sociedade em que predomina o espírito teológico o poder é detido pelos sacerdotes e pelos guerreiros; o “direito divino” legitima o regime político (Ibid.).

O estado metafísico, que tem início no século XIV europeu (Ibid.), é uma mera etapa de transição (Ferreira *et al.*, 1995: 74). Em muitos aspetos é similar estado teológico, nomeadamente no que se refere aos problemas que o espírito humano procura resolver (Bourdeau, 2014: 8). Contudo, as explicações avançadas diferem: os fenómenos já não são explicados pela intervenção de agentes sobrenaturais mas por “entidades abstratas, como a Natureza” (Ferreira *et al.*, 1995: 74). O facto a reter é que as reflexões de tipo especulativo continuam a predominar face ao “espírito de observação” (Ibid.).

Quanto à forma de organização social, no estado metafísico o poder espiritual passa dos sacerdotes para as mãos dos filósofos “metafísicos” (Pickering, 2003: 16), enquanto o poder temporal passa dos guerreiros para as mãos dos “legisladores e juristas” (Bourdeau, 2014: 8). A legitimidade da organização política assenta na “soberania popular” e nos chamados “direitos naturais” (Pickering, 2003: 16), como vimos quando estudámos os autores contratualistas. Finalmente, as atividades humanas começam a deslocar-se dos empreendimentos bélicos para a produção material.

O estado positivo assinala o nascimento do pensamento científico e da sociedade moderna. Cessam as reflexões acerca das causas primeiras dos fenómenos porque “a existência de seres ou essências sobrenaturais não pode ser provada” (Ibid.: 17). Assim, “o homem limita-se a observar os fenómenos e a fixar relações regulares entre eles” (Ferreira *et al.*, 1995: 74). Por outras palavras, o pensamento positivo é eminentemente

racional, procurando descortinar as “leis” que regem o funcionamento dos fenômenos (Bourdeau, 2014: 8); a sua preocupação prende-se com o “como” e não com o “porquê” (Pickering, 2003: 17).

Neste sentido, o estado positivo nega a possibilidade do conhecimento absoluto, pelo que é menos ambicioso do que o estado teológico e o estado metafísico (Ferreira *et al.*, 1995: 74). Todavia, por outro lado, a investigação científica, positiva possui um maior grau de exatidão e de “eficácia”, na medida em que ambiciona desvendar apenas aquilo que pode ser conhecido com certeza, objetividade e rigor – em suma, os fenômenos passíveis de serem observados e verificados (Ibid.).

Em termos de organização económica, o estado positivo corresponde a uma sociedade industrial (Bourdeau, 2014: 8). Comte sustenta que existe uma relação estreita “entre o espírito positivo e a sociedade industrial” moderna (Ferreira *et al.*, 1995: 76). O desenvolvimento e a disseminação de “um espírito racional” orientado para a “eficácia” apenas são possíveis “numa sociedade onde os fins económicos se assumem como preponderantes” (Ibid.: 77). É na sociedade económica, mercantil que a ciência aplicada à “transformação da natureza” adquire a sua razão de ser (Ibid.: 76).

No que se refere à organização sociopolítica, Comte propõe que o poder seja bipartido: o poder temporal está entregue aos “industriais” e o poder espiritual está a cargo dos “filósofos positivos” (Pickering, 2003: 17). Assim, Comte postula uma separação de poderes para prevenir os abusos. Por um lado, os industriais gerem “as atividades práticas, materiais da sociedade”, enquanto, por outro lado, esse poder é controlado pela ação dos filósofos positivos, que fomenta a moralidade e o desenvolvimento das “ideias e dos sentimentos” (Ibid.) na população.

Classificação das ciências

O segundo pilar do positivismo é a classificação das ciências. Comte distingue “seis ciências fundamentais”, a saber: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (Bourdeau, 2014: 9). Elas são tratadas por esta ordem no *Curso de Filosofia Positiva* porque, na perspectiva de Comte, essa foi a ordem cronológica que presidiu à criação da cada disciplina. O autor acrescenta que esta sequência histórica não foi arbitrária: “a ordem em que as ciências foram criadas dependeu da simplicidade dos fenômenos [estudados, NM] e da distância desses fenômenos em relação ao

homem” (Pickering, 2003: 14). A criação das disciplinas obedeceu também a uma ascensão “do geral ao particular” (Bourdeau, 2014: 10).

Desta maneira, a matemática foi a primeira ciência a surgir porque se ocupa de leis bastante abstratas e gerais. Seguiu-se a astronomia, que estuda fenômenos simples e desligados da realidade humana imediata (Pickering, 2003: 14). Depois, o pensamento positivo estendeu-se a disciplinas de complexidade e particularidade crescentes e cada vez mais próximas dos assuntos humanos: física, química e biologia (Ibid.). Este desenvolvimento histórico não poderia ter seguido nenhuma outra ordem porque cada ciência depende intimamente da ciência que a precedeu. Por exemplo, a astronomia seria impossível na ausência da matemática, enquanto a química requer a existência da física (Bourdeau, 2014: 10).

Finalmente, argumenta Comte, chegou o momento do método positivo ser aplicado ao estudo dos fenômenos mais complexos – aqueles de cariz social e que lidam diretamente com os seres humanos. Esta nova ciência é obviamente a sociologia, termo cunhado pelo autor em 1839 (Pickering, 2003: 14). Devemos ter presente que “a combinação da lei dos três estados com a classificação das ciências tem por objetivo provar que a maneira [positiva, NM] de pensar que triunfou” nas ciências naturais deve conduzir inexoravelmente “à constituição de uma ciência positiva da sociedade, a sociologia” (Aron, 2000: 68).

O surgimento tardio da sociologia explica-se por aquilo que já dissemos: os fenômenos de índole social são “os mais particulares, mais complicados e mais dependentes de todos os outros” (Comte apud Ferreira *et al.*, 1995: 76), pelo que a sua análise científica exige um período de incubação e maturação mais longo (Ferreira *et al.*, 1995: 76). Por outras palavras, somente depois de o pensamento científico se ter aperfeiçoado nas ciências naturais é que ele estará, finalmente, apto para ser aplicado aos “factos humanos” sob a forma de uma “física social” ou “sociologia” (Ibid.). Na ótica de Comte, o sistema científico é, então, completado por esta nova disciplina que deverá ocupar “o lugar mais alto na hierarquia dos saberes” (Ibid.).

Comte estabelece ainda uma distinção entre ciências analíticas e ciências sintéticas. O autor defende que as quatro primeiras ciências – matemática, astronomia, física e química – são “analíticas”, ou seja, “estabelecem leis entre fenômenos isolados” (Aron, 2000: 68). Quanto à biologia e à recém-criada sociologia, elas são ciências “sintéticas”; por exemplo, no âmbito da biologia “é impossível explicar um órgão ou uma função sem considerar o ser vivo como um todo” (Ibid.). Comte transportará este

holismo – ou a “primazia do todo sobre os elementos” – para a sua visão sociológica, preconizando que “é impossível compreender o estado de um fenómeno social particular se não o recolocarmos no todo social. Não se pode entender a situação da religião, ou a forma precisa do Estado [político, NM], numa sociedade particular, sem considerar o conjunto dessa sociedade” (Ibid.).

Podemos concluir que, através da sua classificação das várias disciplinas, Comte visa dar conta da “diversidade das ciências sem, no entanto, perder de vista a sua unidade” (Bourdeau, 2014: 9), ou seja, a relação de sinergia que existe entre todas elas. Comte pretende, acima de tudo, “evitar a fragmentação [excessiva, NM] do conhecimento” (Ibid.). Um exemplo desta preocupação é o seu entendimento holístico do ofício do sociólogo: para conseguir explicar os fenómenos sociais, o sociólogo deve possuir um conhecimento enciclopédico das outras ciências (Pickering, 2003: 17). Recorrendo novamente à metáfora da pirâmide: a sociologia está no topo da pirâmide do conhecimento científico, mas precisa de ser sustentada por camadas sólidas.

Caraterização da sociologia e do método científico

No *Curso de Filosofia Positiva* Comte enuncia os princípios epistemológicos e metodológicos da nova ciência que pretende criar – a sociologia (Aron, 2000: 69). Em primeiro lugar, a sociologia assenta na “prioridade do todo sobre o elemento e da síntese sobre a análise” (Ibid.). Como acabámos de ver, a sociologia é uma ciência sintética. Mas gostaria de dizer algumas palavras acerca desta “prioridade do todo” sobre as partes. Comte defende que a sociedade é um organismo autónomo que tem precedência face aos indivíduos; por outras palavras, “não é a sociedade que existe *para*” os indivíduos, mas, ao invés, “são eles que existem estritamente em função” da sociedade, que os molda e determina (Ferreira *et al.*, 1995: 153, itálico no original).

Assim, por exemplo, Comte é um defensor da autoridade e da hierarquia devido à “função social” que elas desempenham (Ibid.). A educação deve, pois, fomentar o respeito por todas as formas de autoridade porque elas são *indispensáveis para a reprodução social* – isto é, porque desempenham uma *função* na sociedade –, independentemente das suas consequências para indivíduos particulares (Ibid.). O todo precede as partes e somente no todo está a virtude.

Em segundo lugar, como também já referimos brevemente, a sociologia deve basear-se nos preceitos metodológicos desenvolvidos pelas ciências naturais que a

antecederam (Ibid.: 73). O método da sociologia envolve, pois, “a observação, a comparação e a experimentação” (Pickering, 2003: 15).

No que toca à observação, em virtude da abrangência e inter-relacionamento dos factos sociais, Comte sugere que as áreas analisadas pela sociologia devem ser bastante diversas: eventos quotidianos, costumes, linguagem, etc. (Ibid.). Comte defendia o recurso a “hipóteses provisórias” para “formular as leis” (Ibid.: 20) que depois terão de ser verificadas com recurso à observação (Ferreira *et al.*, 1995: 73). A ideia comtiana de hipóteses falsificáveis – isto é, que carecem de confirmação ou infirmação pela investigação empírica – como ponto de partida “da descoberta científica” revelou-se bastante influente ao longo do século XX (Pickering, 2003: 20).

É a observação baseada em hipóteses que distingue a sociologia – e a ciência positiva, de um modo geral – do “pensamento especulativo, filosófico, religioso ou político” (Ferreira *et al.*, 1995: 73). Neste sentido, Comte entende a ciência positiva como um “conhecimento aproximado” que se acerca gradualmente da verdade, “sem nunca atingi-la” (Bourdeau, 2014: 9). Não existem verdades absolutas, mas tão-somente verdades relativas (Ibid.), que poderão ser modificadas pela investigação posterior.

No que se refere à experimentação, esta é “problemática” no âmbito da sociologia por causa da “impossibilidade de isolar as circunstâncias ou as consequências de um fenómeno” (Pickering, 2003: 15). Assim, Comte propõe como solução que a sociologia analise casos excepcionais ou “patológicos”, que providenciam uma forma de “experimentação indireta”; por exemplo, o estudo de períodos instáveis, como uma revolução, permite iluminar os períodos ditos normais (Ibid.). Na perspetiva do autor, “o estudo da desordem social era um meio privilegiado de desvendar as leis da harmonia social e da história” (Ibid.).

Por último, existem vários tipos de comparação sociológica: “É possível comparar sociedades humanas e animais, diferentes estados atuais da sociedade humana (...), ou estados sociais consecutivos” (Ibid.), isto é, várias etapas de desenvolvimento da humanidade. Segundo Comte, a história “não é uma disciplina, mas um método da sociologia” (Bourdeau, 2014: 12).

Quero agora chamar a atenção para uma dicotomia importante. Comte classifica a sociologia em duas áreas complementares: “a estática social e a dinâmica social” (Pickering, 2003: 15). A estática social engloba o estudo da estrutura social num dado momento histórico (Aron, 2000: 87), isto é, centra-se nos aspetos que conferem estabilidade à sociedade (Pickering, 2003: 15). A dinâmica social refere-se à “descrição

das etapas sucessivas percorridas pelas sociedades humanas”, portanto, à análise da história (Aron, 2000: 87).

Comte é profundamente determinista: a história é um processo “contínuo, necessário e ordeiro” (Pickering, 2003: 15), de maneira que um determinado estado espiritual e social dá forçosamente origem ao estado subsequente e gera espontaneamente uma nova “configuração social” (Ibid.). Comte é também um otimista, um arauto do progresso inevitável. A história é uma longa odisseia em direção à Terra Prometida: o estado positivo da modernidade (Aron, 2000: 88).

Outro aspeto que deve ser salientado é o facto de Comte atribuir à sociologia um estatuto especial. A sociologia “não se trata apenas de uma ciência entre as outras”, mas representa o culminar do desenvolvimento do pensamento positivo (Bourdeau, 2014: 11). Neste sentido, “a fundação da ciência social assinala um ponto de viragem na história da humanidade” (Ibid.), porquanto “o ponto de vista humano, isto é, o ponto de vista social, é o único que é verdadeiramente universal” (Ibid.: 12), capaz de abarcar o todo. Essa visão universal, holística é a razão por que a sociologia tem “a tarefa de coordenar o desenvolvimento do conhecimento [científico, NM] no seu conjunto” (Ibid.: 11).

Em síntese, Comte coloca a sociologia no topo da pirâmide das ciências, na qualidade de síntese e recapitulação da totalidade do saber. Isto diz-nos duas coisas. Em primeiro lugar, as ciências que a precederam foram uma espécie de “introdução colossal” à sociologia (Ibid.: 12). Em segundo lugar, para ser sociólogo não basta dominar a ciência social *strictu sensu*; o sociólogo deve possuir igualmente um conhecimento enciclopédico das várias disciplinas introdutórias (Ibid.). Portanto, “de acordo com o positivismo [comtiano, NM], ninguém conhece realmente uma ciência até conhecer a sua história” (Ibid.).

Quero concluir estas observações sobre as características da sociologia, tal como era entendida por Comte, destacando quatro aspetos basilares do método científico que encarna o espírito positivo: o primeiro diz respeito à “subordinação constante da imaginação à observação” (Ferreira *et al.*, 1995: 75), à substituição da especulação pelo conhecimento empírico; o segundo preconiza a “invariabilidade das leis naturais”, comprovável pela “consistência das observações científicas” (Ibid.); o terceiro refere-se à capacidade de prever racionalmente o desenvolvimento dos fenómenos, pois este obedece a determinadas leis (Ibid.); o quarto refere-se à relatividade de todo o

conhecimento científico, ou seja, o conhecimento absoluto – sobretudo das causas primeiras – é impossível (Ibid.).

Reformador social

O pensamento de Comte é indissociável da sua tentativa de explicar o “momento histórico vivido pela sociedade europeia no princípio do século XIX” (Aron, 2000: 66). Auguste Comte preconiza que a instabilidade política que se seguiu à Revolução Francesa, e que se prolongou durante o século XIX, foi o resultado direto de uma profunda transformação social provocada por uma “desorganização intelectual” (Ferreira *et al.*, 1995: 152). Os resquícios da sociedade “teológico-militar” que perduraram durante o estado metafísico atingiram os seus limites históricos e estão em decadência; fazendo jus à sua natureza de etapa de transição, o estado metafísico está a ceder o lugar à sociedade “científico-industrial”, em franca ascensão (Aron, 2000: 70).

Vimos que, na ótica de Comte, “é a maneira de pensar que caracteriza as diferentes etapas da humanidade” (Ibid.: 71). O sustentáculo de uma formação social é o seu sistema de ideias, ou seja, a sociedade só possível quando os seus membros partilham as mesmas crenças e valores (Ibid.). Assim, de modo a que a transição para o estado positivo seja bem-sucedida e harmoniosa, Comte defende que a “reforma social” terá de partir da “reforma intelectual” (Ibid.: 66). A única forma de superar o purgatório – se quisermos utilizar uma metáfora cristã – marcado pela instabilidade política é “acelerar” o desenvolvimento do “sistema de ideias científicas” que enquadrará a “ordem social” do futuro (Ibid.: 70).

O autor propõe uma revolução das ideias baseada na filosofia positiva (Ibid.: 66). A sociologia desempenha um papel crucial neste âmbito. Segundo Comte, a fundação da sociologia deveria abrir caminho para o estabelecimento de um sistema positivista que abarcasse a totalidade do conhecimento científico (Pickering, 2003: 14). Na qualidade de ciência derradeira e sintética, cabe à sociologia canalizar, articular e regular o conhecimento científico, assim como velar pela sua aplicação racional. Para além disso, visto que o estado positivo é inevitável, a sociologia deve ajudar a “compreender o devir necessário (...) da história”, contribuindo para a sua realização mais suave (Aron, 2000: 67).

O sucesso do sistema positivista significaria que todas as ideias dos seres humanos teriam agora uma base científica, empiricamente verificável; ele permitira a unificação da humanidade sob a égide de um modo de pensar, ser e agir “homogêneo”

(Pickering, 2003: 14). Existiria um pleno consenso acerca dos “princípios intelectuais e morais essenciais” capaz de instituir uma ordem social estável assente na indústria e no progresso científico (Ibid.).

A reforma intelectual passa, então, pela substituição da cúpula dirigente da sociedade. Assim, “trata-se (...) de substituir o domínio antigo de sacerdotes e guerreiros (e afastar também o domínio presente de legistas e demagogos), por um outro de cientistas e dirigentes industriais. Esses serão, respetivamente, os *braços* espiritual e temporal da ordem futura, na qual a ciência substituirá a antiga religião católica, e a indústria renderá a guerra” (Ferreira *et al.*, 1995: 152, *itálico no original*).

Na perspectiva do autor, a existência de uma “autoridade espiritual poderosa” e “independente do governo temporal” era imprescindível para “assegurar a ordem moral” (Pickering, 2003: 34). O poder espiritual deve ser detido pelos cientistas porque a ciência é simultaneamente “a base racional da ação” e “a base espiritual da ordem social” positiva (Bourdeau, 2014: 16). Na medida em que possuem uma visão abrangente da sociedade e um espírito aberto, os cientistas têm o interesse coletivo inscrito nos seus corações (Ibid.: 17). Embora não governem diretamente, eles podem “aconselhar os industriais” sobre a melhor maneira de resolver os problemas sociais (Pickering, 2003: 34).

Para além disso, Comte sugere que os cientistas “assumam o controlo do sistema educativo com vista a aprofundar o desenvolvimento intelectual das pessoas e instilar-lhes ideias e valores comuns”, de modo a contrariar o seu “egoísmo natural” (Ibid.: 18). Bastante otimista, Comte acredita que os cientistas conseguirão “persuadir as pessoas no sentido de desenvolverem a sua sociabilidade (...) e contribuir para o bem comum” (Ibid.). O progresso da humanidade tomará, então, o lugar de Deus e da Natureza como objeto de veneração; “servir a humanidade será um imperativo geral”, ou seja, a ideia que garantirá a coesão social (Ibid.).

Em suma, Comte defende que o “poder espiritual” é a variável-chave, porquanto oferece o “modo de pensar predominante” e as ideias que estruturam a “ordem social” (Aron, 2000: 66). Consequentemente, a crise política e institucional do seu tempo é entendida, antes de tudo, como uma crise espiritual e moral; neste contexto, só a transformação do mundo das ideias conduzirá à transformação da realidade social.

A transição imaculada para o estado positivo pressupõe, portanto, que o poder espiritual da sociedade passe para a alçada dos cientistas ou “filósofos positivos”, para usar a expressão de Comte. A ciência é a única “estrutura espiritual unificadora”

passível de garantir a “coesão” da nova ordem social (Pickering, 2003: 34). Salta à vista que a ciência positiva comtiana – e, em particular, a sociologia – não é uma ciência neutra, distanciada das tomadas de posição: a sua missão é nada menos do que “resolver a crise do mundo moderno”, estabelecendo as bases de um novo modo de pensar que permitirá reorganizar a sociedade (Aron, 2000: 70).

Religião

No final da sua vida opera-se uma viragem mística no pensamento de Auguste Comte, marcada pela transformação do sistema positivista numa religião. Os princípios da chamada Religião da Humanidade serão expostos na obra *Sistema de Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituído a Religião da Humanidade*, publicada entre 1851 e 1854. Existe um amplo debate na literatura em torno de saber se esta inflexão religiosa contradiz as suas ideias anteriores, mormente as de cariz exclusivamente científico do *Curso*.

Embora a maioria dos autores entenda que os preceitos teóricos do *Sistema de Política Positiva* dificilmente são conciliáveis com as ideias do *Curso de Filosofia Positiva* (Bourdeau, 2014: 14), esta leitura não é consensual. Raymond Aron, por exemplo, reconhece que no *Sistema de Política Positiva* “o estilo e a linguagem são um pouco diferentes”, mas considera que a continuidade do pensamento comtiano é inquestionável (Aron, 2000: 69). Seja como for, o facto a reter é que a Religião da Humanidade “nunca foi muito popular” (Bourdeau, 2014: 14).

Ora bem, vejamos em que consiste esta Religião da Humanidade. No *Curso de Filosofia Positiva* Comte colocava o acento tónico na razão, subalternizando o sentimento. Agora os papéis invertem-se: Comte abandona a precedência lógica da mente humana ou do espírito e defende “a preponderância contínua do coração” (Comte apud Bourdeau, 2014: 14). A mente é uma mera “servidora” do coração (Bourdeau, 2014: 14), ou seja, a razão está ao serviço do sentimento. É aqui que entra a religião: segundo o autor, a religião é essencial para responder aos “imperativos emocionais” dos indivíduos, é a cola moral que garante a unidade e a coesão social (Pickering, 2003: 21).

No entanto, a religião comtiana é bastante peculiar, sendo alheia à noção de um Deus transcendente ou à ideia de um poder sobrenatural (Bourdeau, 2014: 17). Comte propõe que, em vez de Deus, se venere o “Grande Ser”, que é nada mais do que a própria sociedade e, em particular, as virtudes e os feitos dos seres humanos (Ferreira *et*

al., 1995: 153). A humanidade “deve ser amada, conhecida e servida” (Bourdeau, 2014: 17).

De acordo com o esquema de Comte existe uma ligação estreita entre a sociologia e a Religião da Humanidade. Vimos que a sociologia permite aceder às leis que regem as relações humanas e que, para além disso, na qualidade de ciência derradeira, sintetiza o conhecimento de todas as outras ciências (Ibid.). Ora, é justamente este vasto corpo de conhecimentos tutelado pela sociologia, e composto pelas verdades científicas, que “constitui a doutrina da nova religião” (Ibid.: 17-18). Atente-se que é uma doutrina religiosa *sui generis*, na medida em que é passível de ser demonstrada *cientificamente*, dispensando a revelação ou a inspiração divinas (Ibid.: 18).

Porém, à semelhança das outras religiões, a Religião da Humanidade exige a criação de uma igreja hierarquizada (Ferreira *et al.*, 1995: 153). Comte vê-se a si próprio “como o *Grande Sacerdote*”, cuja missão é “ensinar e preservar o dogma” e a doutrina da religião positiva (Ibid.: 176). Trata-se também de uma religião altamente ritualizada. Comte sugere que o culto seja público e baseado num “calendário litúrgico positivista” (Bourdeau, 2014: 18). As inúmeras comemorações religiosas devem celebrar os “grandes homens” do passado e os seus feitos, fomentando um sentimento de “continuidade histórica” nas pessoas (Ibid.).

Em última instância, a Religião da Humanidade de Comte almeja “cultivar o altruísmo” e substituir o cristianismo por “um sistema moral terreno”, por uma “religião secular” assente no amor (Pickering, 2003: 22). Comte acredita que esta nova fé será capaz de unificar espiritualmente os indivíduos à escala global (Ferreira *et al.*, 1995: 152). O culto do Grande Ser conferirá harmonia espiritual e emocional ao estado positivo, porquanto alberga “o poder de reprimir o egoísmo humano, de ligar as vontades individuais, de salvar a humanidade da guerra, dos antagonismos sociais e do *teologismo*” (Ibid.: 175, *itálico no original*).

A grande “esperança” ou “ideal” de Comte é que “a ciência e a religião possam coexistir no mesmo mundo”, de maneira que “a inteligência não tenha de expulsar o sentimento” para singrar (Ibid.: 176). É importante salientar que esta tentativa de conciliar os opostos não é uma peculiaridade de Comte, mas traduz o espírito geral das sociedades europeias nesse período histórico específico, divididas “entre a tradição e a modernidade”, com um pé na fé e outro na ciência (Ibid.).

Conclusão

É possível descortinar três facetas na obra de Auguste Comte (Aron, 2000: 97). Em primeiro lugar, encontramos o cientista que pretende sintetizar os conhecimentos das várias disciplinas e criar uma ciência adicional – a sociologia. A “verdade científica” consiste na identificação de leis, ou seja, de “relações necessárias entre fenómenos ou factos”, através da observação empírica (Ibid.: 100). Como vimos, a ciência comtiana não procura “explicações” ou “causas” derradeiras – o “porquê” –, limitando-se a descrever as leis que regem os fenómenos – o “como” (Ibid.). A ciência é eminentemente “pragmática”, no sentido em que é aplicada à transformação do mundo natural e ilumina dos seres humanos, tornando a sua conduta racional e altruísta (Ibid.).

Em segundo lugar encontramos o reformador social que realça o papel da ciência e da moral – portanto, da esfera espiritual – em detrimento das relações económicas ou políticas (Ibid.: 98). Um poder espiritual renovado, sob a alçada dos cientistas, conseguirá “transformar a maneira de pensar dos homens, divulgar o pensamento positivista e estendê-lo ao domínio da sociedade, eliminando os resíduos da mentalidade feudal e teológica” (Ibid.). Esta modificação das ideias produzirá uma alteração das relações sociais (Ibid.). Comte procura com todas as forças do ser demonstrar que o positivismo é racional para a organização social. O “paradoxo” desta tentativa incansável de persuasão, ao longo da sua vida, é por demais evidente: o estado positivo deveria, de acordo com a sua teoria, realizar-se por si mesmo (Ibid.). A lei dos três estados asseguraria, deterministicamente, a transição da humanidade para a etapa positiva, independentemente das intenções e dos “esforços do reformador” (Ibid.).

Em terceiro lugar, encontramos o “homem que assume a posição de pontífice de uma nova religião, a religião da humanidade” (Ibid.: 97). Constatámos que Comte funda uma nova religião em conformidade com o espírito positivo do seu tempo (Ibid.: 103). A Religião da Humanidade dispensa qualquer crença num poder sobrenatural, venerando os grandes homens do passado, cuja memória é celebrada em virtude da sua obra ou conduta exemplar (Ibid.). “A religião do Grande Ser é o que há de melhor no homem transfigurado em princípio de unidade de todos os homens” (Ibid.: 104). Apesar da sua enorme ênfase nas virtudes da ciência, Comte sustenta que “a religião corresponde a uma necessidade permanente do homem”; o ser humano precisa de acarinhar “algo que seja maior do que ele” (Ibid.: 103).

Está longe de ser consensual qual foi exatamente o legado teórico de Comte para a sociologia moderna. O debate tem sido alvo de várias polémicas. Assim, “as opiniões

dividem-se entre quem lhe reconheça o estatuto de um dos «pais fundadores» mais importantes, a par de Marx, Durkheim e Weber, (...) e quem lhe atribua um papel secundário (...) no desenvolvimento da disciplina” (Ferreira *et al.*, 1995: 72). De qualquer modo, é inegável a influência de Comte na disseminação do “método positivo” – originário das ciências naturais – no seio das ciências sociais (Ibid.).

O chamado neopositivismo é a principal abordagem que reclama uma herança comtiana, colocando uma grande ênfase na “distinção do conhecimento científico face ao não-científico e utilizando o princípio da verificabilidade [das hipóteses, NM] para criticar os metafísicos” (Pickering, 2003: 36-37). No entanto, o positivismo contemporâneo tende a escamotear o holismo de Comte que pretendia evitar a fragmentação do conhecimento científico. A própria sociologia tornou-se uma ciência hiperespecializada, contrariando a visão que Comte tinha para o futuro da disciplina (Ibid.: 38).

Para além disso, a neutralidade axiológica, um dos cavalos de batalha do positivismo atual, é no mínimo problemática em Comte. Verificámos que Comte não se limita a interpretar a sociedade, querendo igualmente reformá-la (Aron, 2000: 78). É no contexto deste duplo objetivo que deve ser inserida a sua tentativa de fundar uma disciplina apta a estudar cientificamente a sociedade (Bourdeau, 2014: 20). Assim, “o sistema positivista de Comte não é moralmente neutro nem isento de juízos de valor”, visto que almeja lançar luz sobre uma “forma de organização social melhor” (Pickering, 2003: 25). Ele encerra uma certa visão de mundo (Bourdeau, 2014: 3).

Por último, importa salientar que Comte possui um entendimento teleológico ou determinista da história. Na sua perspetiva, “só há um tipo de sociedade (...) válido” (Aron, 2000: 65). As diversas comunidades humanas, espalhadas pelo globo, caminham inexoravelmente para esse estágio final: o estado positivo, isto é, uma sociedade de cariz industrial e científico à maneira ocidental (Ibid.: 72). Em síntese, “a história da humanidade é a história do espírito enquanto devir do pensamento positivo” (Ibid.). Obviamente que esta leitura da história, assente na lei dos três estados, é altamente discutível, não passando, na verdade, de uma suposição (Pickering, 2003: 37) claramente eurocêntrica.

Referências bibliográficas

Aron, Raymond (2000), *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 5ª Edição.

Bourdeau, Michel (2014), “Auguste Comte”, in Zalta, Edward N. (Org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/artc2ba-comte-m-bourdeau-sep.pdf>. (Consultado em: 28/09/2017)

Ferreira, José Maria Carvalho *et al.* (1995), *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.

Pickering, Mary (2003), “Auguste Comte”, in Ritzer, George (Org.), *The Blackwell Companion to Major Classical Social Theorists*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 13-40.